



TERMO

01º Termo Aditivo - Contrato nº 072/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2025-SGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA AÇÃO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com

sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, e a **EMPRESA AÇÃO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, CNPJ sob o nº 33.412.384/0001-89 doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Avenida Lomanto Júnior, 292, Pontal, Ilhéus/BA – CEP 45654-000, representada por Thainá Matos Santos, CPF/MF nº 04*****05, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento SIMP nº 19.09.01016.0009818/2026-69, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo ao contrato nº 072/2025-SGA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência contida na **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA** do contrato original celebrado entre as partes, relativo a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, conforme indicado na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência contratual indicado na **CLÁUSULA TERCEIRA** fica prorrogado por 12 (doze) me-ses, a contar de 15 de junho de 2026 até 14 de junho de 2027, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento do contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Orçamen-tária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza Despe-sa	da
40.101/0025		4058	5700	100	33.90.39	

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da contratação original, não especificamente

alteradas por este Termo Aditivo, inclusive no tocante a preços unitários e globais.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente aditivo contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

AÇÃO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA
Thainá Matos Santos
Sócia

Ministério Público do Estado da Bahia
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **THAINÁ MATOS SANTOS** - Usuário Externo, em 15/05/2026, às 16:17, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 18/05/2026, às 09:24, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1994396** e o código CRC **DC96AACA**.

[Home](#) > [Contratos](#)

Contrato nº 72/2025

Termo Aditivo nº 01/2026

Última atualização 18/05/2026

Data assinatura: 18/05/2026**Início da Vigência:** 15/06/2026**Final da Vigência:** 14/06/2027

Objeto: Prorrogar a vigência contida na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA do contrato original celebrado entre as partes. O prazo de vigência contratual indicado na CLÁUSULA TERCEIRA fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 15 de junho de 2026 até 14 de junho de 2027

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Documento(s):

Nome ↕	Data ↕
Contrato07220251Aditivo.pdf	18/05/2026

Exibir: 10 | 1-1 de 1 itens

Página: 1 | < >

[Retornar](#)

Unidade Gestora 40.101/0025 – Promotoria de Justiça Regional de Itabuna - DL nº 100/2025

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.880,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 33.412.384/0001-09 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)**Nome/Razão social:** ACAO SEGURANCA ELETRONICA LTDA[Empenhos](#)[Instrumentos de Cobrança](#)[Termos](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Número ↕

Tipo ↕

01/2026

Termo Aditivo

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens

Página: 1 | < >

[< Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o

Termo Aditivo nº 01/2026

Última atualização 18/05/2026

Data assinatura: 18/05/2026 **Início da Vigência:** 15/06/2026 **Final da Vigência:** 14/06/2027

Objeto: Prorrogar a vigência contida na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA do contrato original celebrado entre as partes. O prazo de vigência contratual indicado na CLÁUSULA TERCEIRA fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 15 de junho de 2026 até 14 de junho de 2027

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Documento(s):

Nome ↕	Data ↕
Contrato07220251Aditivo.pdf	18/05/2026

Exibir: | 1-1 de 1 itens

Página:

Dispensa de licitação não eletrônica nº 100/2025

Processo nº:

19.09.01016.0011020/2025-44

Tipo:

Dispensa de Licitação

**Data:**

quarta-feira, Abril 30, 2025 - 14:30

Objeto:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para atender a Promotoria de Justiça Regional de Itabuna, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância.

Fundamentação legal:

Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021

Envio de Propostas de Abertura:

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0025 - Promotoria de Justiça Regional de Itabuna

Data da Publicação do Aviso: 30/04/2025

**Link da Publicação no PNCP - Ato que autoriza a****contratação:** <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2025/125>**Link da Publicação no PNCP -****Contrato:** <https://pncp.gov.br/app/contratos/04142491000166/2025/130>**Link da Publicação no PNCP - Aditivo:**<https://pncp.gov.br/app/contratos/04142491000166/2025/130>**Arquivos:** [Aviso de Dispensa de Licitação](#) [Minuta do contrato](#) [Modelo de Proposta](#) [Autorização](#) [Contrato](#) [1º Aditivo](#)

